

PET 4.0 E A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO Democracia, Políticas Públicas e Inclusões



MULHERES DO CAMPO E AGROECOLOGIA

Área do trabalho: Ciências Agrárias

Laura Silva Prado, Sérgio da Costa Júnior, Edimar dos Santos de Sousa Junior,
Ana Maria Resende Junqueira (Tutora do PET Agronomia)
lauraaprado13@gmail.com

Programa de Educação Tutorial em Agronomia, Faculdade de Agronomia e
Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal

RESUMO:

O trabalho trata de uma breve revisão bibliográfica sobre a invisibilidade das mulheres no trabalho rural. Teve como base artigos que buscam trazer a relação entre mulheres e agroecologia e evidenciar o quão importante elas são para o campo. Temas como economia feminista, questão de gênero, desigualdades são abordados dentro do contexto da agricultura familiar. A desigualdade na divisão de trabalho entre homens e mulheres no meio rural, a invisibilidade da mulher do campo, a ausência de autonomia na tomada de decisão em seu lar e na comunidade, estão ilustradas nas estatísticas das pesquisas nacionais de amostra por domicílios.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, trabalho feminino, desigualdades.

Introdução

O Brasil sofre as consequências negativas da revolução verde sobre as cadeias produtivas e seus impactos ambientais. Sousa Junior (2020) relata que a agroecologia emerge como uma ciência que busca compreender a dinâmica dos sistemas agrários, as relações sociais e ecológicas estabelecidas, além de promover o resgate de conhecimentos tradicionais, preocupando-se e cuidando do ecossistema onde se encontra inserida.

A agroecologia pode então ser entendida como um paradigma diretivo que promove o manejo adequado dos recursos naturais, buscando reduzir os impactos sociais, econômicos e ambientais das atividades agrícolas “modernas”, conforme Caporal e Costabeber (2004).

Após a revolução verde, grandes mudanças aconteceram no campo, em aspectos ambientais e sociais. Para Pires (2020), interpretando diversos autores, o uso exacerbado de agroquímicos, a exploração desenfreada dos recursos naturais, a emissão de resíduos sem controle, e, conseqüentemente, a redução da biodiversidade, resultaram em graves problemas para a sociedade. Lazzari e Souza (2017) e Almeida (1997) exemplificam tais problemas, como: contaminação de alimentos, poluição das águas, degradação e desertificação do solo, desmatamento, surgimento de pragas mais resistentes a defensivos químicos, processos de erosão e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis.

PET 4.0 E A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO Democracia, Políticas Públicas e Inclusões



Os problemas sociais foram causados principalmente pela ausência de assistência do governo, com políticas públicas adequadas e específicas, por vezes excludentes e conservadoras. Considerando o exposto por Pires (2020), ao mencionar Palmeira (1989), o aumento das desigualdades de renda e a concentração da propriedade rural levaram a acentuação da migração da população rural para as cidades, piorando a qualidade de vida no campo.

A modernização da agricultura brasileira, segundo Pires (2020) fez com que muitos produtores rurais enfrentassem dificuldades para manter suas atividades rurais, podendo-se exemplificar pelas dificuldades no acesso ao crédito rural. Nesse contexto, surgiu a necessidade de estabelecimento de uma nova categoria sociopolítica no espaço rural, a qual foi reconhecida como agricultura familiar, que passou a reivindicar por reconhecimento, direitos e políticas para seu desenvolvimento.

Cabe acrescentar a importância da criação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. É considerado no artigo terceiro, agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural que atenda aos 4 incisos, o primeiro: que não detenha, a qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais; o segundo: utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; o terceiro: que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo seu Poder Executivo e quarto: que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

As mulheres representam no mundo cerca de metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores. Na América Latina e Caribe, são responsáveis por 45% da produção de alimentos. Sendo assim, possuem um enorme papel na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, mas, no entanto, compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sujeitas a fome e desnutrição em várias partes do mundo (PACHECO, 2009).

Dessa maneira, o trabalho tem por objetivo tratar da importância das mulheres para a agroecologia e o papel que desempenham no desenvolvimento do meio rural e suas comunidades.

Método

O presente trabalho trata de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da interpretação de dados secundários. A pesquisa bibliográfica busca contribuir culturalmente e cientificamente para a sociedade, a partir da compreensão de um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (LAKATOS; MARCONI, 2001; CERVO; BERVIAN, 2002). A pesquisa bibliográfica foi realizada em torno das temáticas da agricultura familiar, mulheres, trabalho e agroecologia, e

PET 4.0 E A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO

Democracia, Políticas Públicas e Inclusões



foi feita consultando o Google Acadêmico, onde cinco artigos foram considerados para a redação do trabalho.

Resultados e Discussão

As mulheres presentes no campo são agricultoras, contribuindo ativamente para a produção agropecuária no Brasil. Porém, são “ignoradas” até mesmo pelas estatísticas de pesquisas, realizadas para caracterizar as populações rurais do campo brasileiro. As mulheres são classificadas nas pesquisas apenas como “membros não-remunerados da família”, juntamente com seus filhos, enquanto os homens são considerados responsáveis pelo estabelecimento, mesmo que também não possuam remuneração, afirmando a superioridade masculina perante a renda familiar (MARONHAS et al., 2014).

A diferença nessas terminologias e conseqüentemente no papel que se dá a cada indivíduo, diz sobre uma visão econômica que não leva em consideração o esforço despendido para se realizar um trabalho, apenas considera o trabalho uma atividade que é capaz de gerar um retorno financeiro. No entanto, essa diferença é apontada pela economia feminista, que é um campo da ciência econômica que busca ressignificar o trabalho de forma mais ampla, levando em consideração o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e fundamentalmente agregando a esfera reprodutiva como essencial a existência humana. É através da economia feminista que se traz um olhar crítico acerca dos trabalhos que existem nos agroecossistemas, que são hierarquizados entre trabalho produtivo, aquele que gera bens e produtos com a finalidade comercial, e o trabalho reprodutivo que é o de realizar tarefas domésticas e o de cuidar das pessoas dependentes da casa (MARONHAS et al., 2014).

A hierarquização acontece quando o trabalho das mulheres é considerado apenas “uma ajuda”, pois são elas as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o qual fica abaixo do produtivo, por não gerar retorno financeiro. Como exemplo pode ser citada a “Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio” (PNAD de 2006), onde homens relatam ter jornadas de trabalho semanais muito mais extensas que a das mulheres. Sobre isso Pacheco (2009) discorre que a compreensão de “trabalho leve” para as mulheres, não leva em consideração o esforço despendido realizando-o, mas quem o realiza. Assim, todo trabalho realizado pelas mulheres é considerado leve, independente do esforço, do tempo e do desgaste para sua saúde. O mesmo acontece na divisão entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, onde o trabalho atribuído para as mulheres em seu domicílio é considerado doméstico, independentemente se a atividade contribuir para a geração de renda ou não, onde, por vezes, realizam simultaneamente o trabalho produtivo e reprodutivo, o que leva a perceber que as mulheres no campo não possuem uma carga horária inferior à dos homens, mas muitas vezes essa carga é superior a desempenhada pelos homens, o que faz com que elas fiquem sobrecarregadas, não conseguindo dar atenção para questões individuais delas mesmas, como a saúde e o lazer (MARONHAS, 2014), isso acaba tendo um enorme peso na forma como elas se impõe politicamente e

PET 4.0 E A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO

Democracia, Políticas Públicas e Inclusões



Universidade Federal da Grande Dourados



socialmente nos espaços, porque afeta a autoestima delas e as faz pensar que não possuem uma grande contribuição para o trabalho no campo, as levando a alegar por exemplo que possuem menores jornadas de trabalho, além de deixarem de contribuir com a sua opinião nas tomadas de decisão da casa.

É de grande importância a existência e a participação das mulheres em experiências agroecológicas, que estimulem práticas de intercâmbio entre elas mesmas como uma ferramenta para a troca de saberes, visto que a soma de conhecimentos nos enriquece. Além disso, é muito importante também o processo de escrever sobre suas experiências, porque elas refletem melhor sobre suas jornadas de vida, e isso é uma forma de autoconhecimento e conseqüentemente de empoderamento, pois assim elas percebem a importância que tem na sua propriedade e comunidade. Através dessas trocas, muitas mulheres acabam percebendo que possuem experiências, sentimentos e pensamentos em comum, e quando notam a importância do seu trabalho nos espaços isso acaba afetando diretamente a autoestima delas, emponderando-as e as ajudando a se estabelecer como sujeitos políticos nos ambientes, passando assim a expor mais suas opiniões e a contribuir ativamente nas tomadas de decisão da comunidade e do lar (MARONHAS et al., 2014).

Conclusões

Conclui-se que os saberes e conhecimentos desenvolvidos pelas mulheres do campo, e sua posição perante a família e comunidade, evidenciam sua relevância para as discussões que permeiam a agroecologia. A qual abarca saberes sobre a produção de alimentos saudáveis e seguros e o cuidado com o outro.

Assim como a agricultura familiar, as mulheres do campo vêm ganhando espaço e voz, mas ainda há muito a conquistar e reconhecimento a ser alcançado, tendo em vista o papel fundamental que desempenham dentro de suas famílias e comunidades. As mulheres enfrentam jornadas, quase sempre duplas, dividindo-se entre os cuidados com a casa, filhos e atividades, antes consideradas essencialmente masculinas. Portanto, a força feminina no campo e na agricultura familiar, muitas vezes representam resultados econômicos significativos e devem ser devidamente registrados e reconhecidos para o bem das comunidades onde estejam inseridas.

Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n. especial, 1997.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuição para o desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre (RS), 2004. 80-100 p.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PET 4.0 E A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO

Democracia, Políticas Públicas e Inclusões

LAZZARI, F. M., SOUZA, A. D. Revolução verde: impactos sobre os conhecimentos tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 4, 2017, Santa Maria. Anais... Rio Grande do Sul, 2017. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Lei 11326 de 24 de julho de 2006. *Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em 19 de julho de 2021.

MARONHAS, M.; SCHOTTZ, V.; CARDOSO, E. *Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da economia feminista*. Recife (PE), 2014.

PACHECO, M.E.L. *Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres*. Revista Agriculturas - Experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.4-8, dez. 2009.

PIRES, G.F. *Protagonistas Rurais: Um estudo sobre o papel da mulher na pluriatividade da agricultura familiar em Tupã - SP*. Tupã (SP), 2020.

SOUSA JUNIOR, E. S. *COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA NO DISTRITO FEDERAL: HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E IMPACTOS*. 2020, nº de folhas 152 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PET 4.0
E A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO
Democracia • Políticas Públicas • Inclusões